MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ 12.264.857/0001-06

GRUPO SEGURADOR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. "MAPFRE BB SH2", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal.
A MAPFRE BB SH2 é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações de (i) seguros de segmentos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida, quando comercializados pelos canais *affinities*.
A Companhia controla diretamente as seguradoras MAPFRE Seguros Gerais S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. e indiretamente a BB MAPFRE Assistência S.A., que é controlada pela MAPFRE Seguros Gerais S.A..
Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.
Prêmios emitidos
Por meio de suas controladas, os prêmios emitidos totalizaram R$ 8.238,0 milhões, sendo: R$ 6.115,3 milhões da MAPFRE Seguros Gerais S.A., R$ 1.518,3 milhões da Brasilveículos Companhia de Seguros e R$ 604,4 milhões da Aliança do Brasil Seguros S.A.. A Companhia é líder em Grandes Riscos, com 14,5% de participação do mercado, possui a 3ª posição nas carteiras de Automóveis, com participação de 11,3%, e de Massificados, com participação de 9,4%.
A controlada MAPFRE Seguros Gerais S.A. apresentou prêmios emitidos de R$ 6.115,3 milhões, retração de 1,2% em relação ao ano anterior. Na carteira de automóvel houve decréscimo de 2,8%, em função do ambiente competitivo e consequente queda nas vendas de seguros, contudo, o mercado já mostra sinais de recuperação, com aumento de 9% na venda de veículos novos em 2017 (fonte: Anfavea). A carteira de grandes riscos apresentou decréscimo de 6,2%, impactada principalmente pela redução de prêmios, devido à uma demanda crescente para a elevação das franquias, e pela implantação de um processo de aperfeiçoamento do modelo de subscrição de risco com o objetivo de rentabilização das carteiras, substancialmente para os seguros de transportes. As demais carteiras que inclui massificados, agronegócios, habitacional e seguro de pessoas apresentaram crescimento de 5,8%.
A controlada Brasilveículos Companhia de Seguros apresentou, em 2017, prêmios emitidos de R$ 1.518,3 milhões, retração de 4,6% em relação ao ano anterior, em função do ambiente competitivo e consequente queda nas vendas de seguros no canal Banco do Brasil.
Em 2017, a controlada Aliança do Brasil Seguros S.A. apresentou prêmios emitidos de R$ 604,4 milhões, retração de 6,4% em relação ao ano anterior, em função da adoção de nova política de subscrição, com o objetivo de melhoria da rentabilização de suas carteiras.
Todas as controladas são seguradoras que participam no consórcio DPVAT. A operação apresentou decréscimo de 31,8% devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.
Lucro líquido
Em 2017, a MAPFRE BB SH2 apresentou prejuízo de R$ 26,3 milhões, obtido substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas, sendo R$ 91,9 milhões de prejuízo da MAPFRE Seguros Gerais S.A., R$ 83,8 milhões de lucro da Brasilveículos Companhia de Seguros e R$ 2,5 milhões de prejuízo da Aliança do Brasil Seguros S.A..
A controlada MAPFRE Seguros Gerais S.A. apresentou prejuízo de R$ 91,9 milhões decorrente, principalmente, do aumento da sinistralidade com maior incidência na frequência de roubo e furto nas carteiras de automóvel e de transportes.
A controlada Brasilveículos Companhia de Seguros apresentou lucro líquido de R$ 83,8 milhões, retração de 27,4% em relação ao ano anterior, resultado impactado, principalmente, pela redução de prêmios emitidos.
A controlada Aliança do Brasil Seguros S.A. apresentou prejuízo de R$ 2,5 milhões em 2017 contra lucro líquido de R$ 91,5 milhões em 2016, resultante, substancialmente, pelo resultado de resseguros que foi impactado por adequações das bases de dados operacionais e incremento na provisão para redução ao valor recuperável sobre sinistros a recuperar de resseguros.
Distribuição de dividendos
Os acionistas deliberaram em Reuniões de Diretoria, realizadas em 08 de março, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017, o pagamento de dividendos no montante de R$ 204,7 milhões.
Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE BB SH2 uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.
A Companhia dará continuidade à sua estratégia de valorizar e atender às demandas dos clientes; estimular e promover a inovação; atuar de maneira sustentável, integrando as questões ambientais, sociais e de governança ao negócio; valorizar e reconhecer o trabalho e a dedicação dos colaboradores, focando sempre na busca permanente por eficiência operacional, a qual permitiu à MAPFRE BB SH2 alcançar desempenho significativo em 2017.
Esses princípios nortearão a Organização em 2018, sempre na busca por crescimento acima da média de mercado e por incrementos em seus resultados.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		**109.839**	**174.485**	**Circulante**		**1.263**	**156.470**
Disponível		**–**	**4**	**Contas a pagar**		**1.263**	**156.470**
Bancos	5	–	4	Obrigações a pagar	9	87	64.539
Equivalentes de caixa	5	**1**	**53**	Impostos e encargos sociais a recolher		44	70
Aplicações	6	**96.706**	**126.923**	Impostos e contribuições	10	1.132	91.861
Títulos e créditos a receber		**13.055**	**47.477**	**Patrimônio líquido**	11	**3.435.374**	**3.666.758**
Créditos tributários	13b	2.324	39.431	Capital social		1.968.380	1.968.380
Outros créditos a receber	7	10.731	8.046	Reservas de capital		261.343	261.343
Despesas antecipadas		**77**	**28**	Reserva de lucros		1.204.065	1.435.104
Ativo não circulante		**3.326.798**	**3.648.743**	Ajustes com títulos e valores mobiliários		1.586	1.931
Realizável a longo prazo		**–**	**779**				
Títulos e créditos a receber		**–**	**779**				
Depósitos Judiciais		–	779				
Investimentos	8	**3.326.798**	**3.647.964**				
Participações em empresas controladas		3.326.798	3.647.964				
Total do ativo		**3.436.637**	**3.823.228**	**Total do passivo**		**3.436.637**	**3.823.228**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

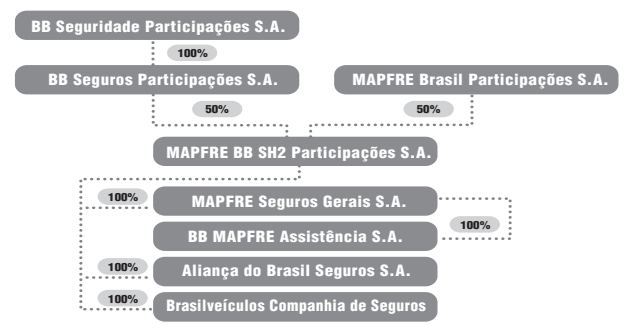
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.968.380**	**261.343**	**71.721**	**1.046.198**	**(16.081)**	**–**	**3.331.561**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios - AGO de 29 de abril de 2016	–	–	–	110.000	–	–	110.000
Títulos e valores mobiliários (coligadas)	–	–	–	–	18.012	–	18.012
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	271.718	271.718
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	–	–	13.586	–	–	(13.586)	–
Dividendos mínimos	–	–	–	–	–	(64.533)	(64.533)
Reserva de investimentos	–	–	–	193.599	–	(193.599)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.968.380**	**261.343**	**85.307**	**1.349.797**	**1.931**	**–**	**3.666.758**
Títulos e valores mobiliários (coligadas)	–	–	–	–	(345)	–	(345)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	–	–	–	(17.768)	–	–	(17.768)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	–	–	–	(20.670)	–	–	(20.670)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	–	–	–	(23.900)	–	–	(23.900)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	–	–	–	(15.700)	–	–	(15.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	–	–	–	(46.300)	–	–	(46.300)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	–	–	–	(68.400)	–	–	(68.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	–	–	–	(4.050)	–	–	(4.050)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	–	–	–	(7.900)	–	–	(7.900)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(26.351)	(26.351)
Reserva de lucros (absorvição de prejuízo do exercício)	–	–	–	(26.351)	–	26.351	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.968.380**	**261.343**	**85.307**	**1.118.758**	**1.586**	**–**	**3.435.374**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "MAPFRE BB SH2"), é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos Canais *Affinity*. Entende-se por Canais *Affinity* todos e quaisquer canais de distribuição destinados a vendas de seguros para clientes finais vinculados a pessoas jurídicas (clientes ou não do Banco do Brasil), incluindo, mas sem se limitar a cooperativas, instituições financeiras, redes varejistas e companhias de serviços públicos. A SH2 está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.264.857/0001-06. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades *Holdings*: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A..
As participações da MAPFRE BB SH2 nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2017, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012, eram as seguintes:



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Despesas/receitas operacionais		**(10.734)**	**361.995**
Resultado de equivalência em investimentos em coligadas e controladas	8a	(10.734)	361.995
Outras receitas e (despesas) operacionais		**690**	**(14.871)**
(+) Resultado financeiro	12c	9.366	12.886
(–) Despesas administrativas	12a	(3.103)	(4.548)
(–) Despesas com tributos	12b	(5.573)	(23.209)
(=) Resultado operacional		**(10.044)**	**347.124**
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**(10.044)**	**347.124**
(–) Imposto de renda	13a	(11.835)	(54.887)
(-) Contribuição social	13a	(4.472)	(20.519)
(=) Prejuízo/Lucro líquido do exercício		**(26.351)**	**271.718**
Atribuível aos acionistas:			
BB Seguros Participações S.A. - 50%		(13.176)	135.859
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 50%		(13.176)	135.859
(/) Quantidade de ações		1.506.786.466	1.506.786.466
(=) Prejuízo/Lucro líquido por ação		(0,02)	0,18
- Ações ordinárias		753.393.233	753.393.233
- Ações preferencias classe "A"		384.230.549	384.230.549
- Ações preferencias classe "B"		369.162.684	369.162.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	**(26.351)**	**271.718**
Outros resultados abrangentes	**(345)**	**18.012**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(628)	32.749
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	283	(14.737)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**(26.696)**	**289.730**
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas:		
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 50,00%	(13.348)	144.865
BB Seguros Participações S.A. - 50,00%	(13.348)	144.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(26.351)	271.718
Ajustes para:	**10.734**	**(361.995)**
Resultado de equivalência patrimonial	10.734	(361.995)
Variação nas contas patrimoniais:	**25.525**	**133.672**
Aplicações	30.217	54.657
Outros créditos a receber	–	806
Despesas antecipadas	(49)	30
Créditos tributários	37.107	24.429
Outros ativos	779	27
Obrigações a pagar	7.296	6
Impostos e contribuições	(49.825)	53.717
Caixa líquido gerado pelas operações	**9.908**	**43.395**
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	300.185	415.487
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(18.765)	(13.400)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(22.165)	(17.027)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**269.163**	**428.455**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Dividendos pagos	(269.219)	–
(Redução) de capital em controladas	–	(428.530)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(269.219)**	**(428.530)**
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(56)**	**(75)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**57**	**132**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1**	**57**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

continua

continuação

MAPFRE BB SH2 Participações S.A. - CNPJ 12.264.857/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A MAPFRE BB SH2 está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras individuais consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: *i.* Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; *ii.* A MAPFRE BB SH2 não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; *iii.* A MAPFRE BB SH2 não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e *iv.* A controladora intermediária da MAPFRE BB SH2, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB.* Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Continuidade:** A Administração considera que a MAPFRE BB SH2 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da MAPFRE BB SH2 é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 6 - Aplicações; e • Nota 13b - Créditos tributários. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A MAPFRE BB SH2 efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48, pois participa como Acionista em sociedades seguradoras, que possuem atividades predominantemente relacionadas com seguros, de acordo com o requisito 20 d da Revisão CPC nº 12/2017. A Companhia apresenta 88% de suas obrigações relacionadas com seguros em relação ao valor contábil de todos os seus passivos. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP. A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado o CPC 48.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela MAPFRE BB SH2 para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Aplicações:** A MAPFRE BB SH2 classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento*: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6. **c) Redução do valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da MAPFRE BB SH2. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela MAPFRE BB SH2 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a MAPFRE BB SH2 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da MAPFRE BB SH2 em suas controladas. A MAPFRE BB SH2 determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a MAPFRE BB SH2 calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **e) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a MAPFRE BB SH2 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A MAPFRE BB SH2 atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, risco de subscrição, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. **Risco de subscrição:** As investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que as investidas incorreriam para fazer face aos eventos de sinistros. As investidas utilizam estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Risco de crédito**: representa o risco de prejuízo financeiro da MAPFRE BB SH2 e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a MAPFRE BB SH2 e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras individuais. **Risco de mercado**: é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento dos preços de mercado, tais como taxas de juros e câmbio, que estão principalmente relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. **Risco de liquidez**: representa o risco de a MAPFRE BB SH2 e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A MAPFRE BB SH2 garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco operacional**: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A MAPFRE BB SH2 conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "*Value at Risk*" (*VaR*), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a MAPFRE BB SH2 e suas investidas contam com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos, segurança e sustentabilidade*:*** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. • **Comitê de auditoria*:*** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo*:*** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da MAPFRE BB SH2. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais as investidas estão expostas, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da MAPFRE BB SH2. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. Nas demonstrações financeiras individuais de cada investida foram apresentadas as informações quantitativas a exposição aos riscos as quais estão expostas bem como os testes de sensibilidade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Bancos	–	4
Equivalentes de caixa (*)	1	53
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**57**

(*) Equivalentes de caixas são compostos por fundos de investimentos de curto prazo, compostos substancialmente por operações compromissadas em títulos públicos federais, com vencimentos originais de até 90 dias.

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

		Vencimento			Ativos	Total			
Títulos	**Hierarquia de valor justo**	**Até 1 ano (A)**	**De 1 a 5 anos (B)**	**Sem vencimento (D)**	**Valor contábil (E = A + B + C + D)**	**2017**	**% (E)**	**2016**	**% (H)**
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		**79.913**	**16.795**	**(2)**	**96.706**	**96.706**	**100%**	**126.923**	**100%**
Fundos de investimentos		**79.913**	**16.795**	**(2)**	**96.706**	**96.706**	**100%**	**126.923**	**100%**
Aplicações em fundos mútuos de investimento	1	–	–	–	–	–	0%	38	0%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	2.499	16.795	–	19.294	19.294	20%	428	0%
Operações compromissadas (*)	1	77.414	–	–	77.414	77.414	80%	126.459	100%
Outros	1	–	–	(2)	(2)	(2)	0%	(2)	0%
Total		**79.913**	**16.795**	**(2)**	**96.706**	**96.706**	**100%**	**126.923**	**100%**

(*) Compreende aplicações financeiras com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

• Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

• Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve transferências de ativos entre níveis, bem como os títulos foram classificados como Nível 1.

c) Movimentação

	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Despesas	**Saldo em 2017**
Valor justo por meio do resultado	**126.923**	70.807	(108.504)	9.361	(1.881)	**96.706**

	Saldo em 2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Despesas	**Saldo em 2016**
Valor justo por meio do resultado	181.580	243.244	(307.647)	12.820	(3.074)	**126.923**

7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	2017	2016
Dividendos a receber	10.731	8.046
Total	**10.731**	**8.046**

8. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

a) Movimentações em controladas

	MAPFRE Seguros Gerais S.A.	**Brasilveículos Companhia de Seguros**	**Aliança do Brasil Seguros S.A.**	**Total**
Dados das investidas				
Capital social	2.072.858	335.319	128.856	2.537.033
Quantidade de ações possuídas:				
ON	1.367.567.923	40.941.755	18.201	
PN	–	31.821.068	160	
Percentual de participação	100%	100%	100%	
Total de ativos	9.379.027	2.809.100	916.322	13.104.449
Total de passivos líquido de provisões judiciais	6.758.771	1.799.663	656.426	9.214.860
Total de provisões judiciais	176.618	514.646	27.254	718.518
Patrimônio líquido	2.443.638	494.791	232.642	3.171.071
Total de receitas	6.092.416	1.500.746	610.575	8.203.737
Lucro líquido do exercício	(91.988)	83.777	(2.524)	(10.735)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**2.694.591**	**678.146**	**275.227**	**3.647.964**
Ágio	–	155.727	–	155.727
Dividendos e juros sobre Capital Próprio	(158.200)	(111.733)	(40.154)	(310.087)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(766)	328	93	(345)
Resultado de equivalência patrimonial	(91.988)	83.777	(2.524)	(10.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.443.637**	**650.518**	**232.642**	**3.326.797**
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**2.296.220**	**597.198**	**239.928**	**3.133.346**
Ágio	–	155.727	–	155.727
Aumento de capital	413.345	–	15.185	428.530
Dividendos e juros sobre Capital Próprio	(184.700)	(191.500)	(73.446)	(449.646)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	14.604	1.346	2.062	18.012
Resultado de equivalência patrimonial	155.122	115.375	91.498	361.995
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.694.591**	**678.146**	**275.227**	**3.647.964**

b) Ágio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi realizada a reorganização societária com a cisão do acervo do patrimônio líquido da empresa Aliança REV Participações S.A., a qual era controlada pela MAPFRE BB SH2, com versão do patrimônio para a Brasilveículos Companhia de Seguros e para a MAPFRE BB SH2, relativo à recomposição do ágio originalmente registrado na incorporada. O referido ágio é alocado à unidade de negócio para fins de teste anual de *"impairment"* (valor recuperável), a qual se beneficia da combinação de negócios que originou o ágio. **Redução ao valor recuperável do ágio:** A MAPFRE BB SH2 realiza anualmente o teste de valor recuperável, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras individuais anuais. Em 31 de dezembro de 2017 foi realizado o teste de recuperabilidade para o ágio registrado no total de R$ 155.727, relativo à investida Brasilveículos Companhia de Seguros, considerada como unidade geradora de caixa, e segmento operacional que divulga informações, sendo considerada, entre outros fatores, a relação entre resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil. **Unidade geradora de caixa:** O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio registrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas: • Prêmios emitidos, sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas: Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa. • Financeiro: Projeção da rentabilidade com base na taxa SELIC. • Taxa de desconto: O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM *(Capital Asset Pricing Model)*, ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, onde foram considerados dois cenários, Custo de Oportunidade ou CAPM, dos dois o maior. **Sensibilidade à mudanças nas premissas:** As implicações de modificações nas principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

• Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento. • Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, acarretaria em prejuízo para aquela operação. • Taxa de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos acarretaria em um maior comprometimento. Simulamos o efeito do impacto decorrente da modificação das premissas de crescimento, sinistralidade e taxa de desconto utilizadas da ordem de 5% e concluímos que o valor recuperável permaneceria superior ao valor contábil.

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2017	2016
Fornecedores	80	–
Dividendos a pagar	–	64.533
Outros valores a pagar	7	6
Total	**87**	**64.539**

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
Antecipação de IRPJ	(11.835)	(1.748)
Provisão de IRPJ	11.835	54.883
Antecipação de CSLL	(4.134)	(2.486)
Provisão de CSLL	4.472	20.518
Provisão de COFINS	669	17.005
Provisão de PIS	125	3.689
Total	**1.132**	**91.861**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 e dezembro de 2017 é de R$ 1.968.380 e está representado por 1.506.786.466 ações nominativas e sem valor nominal das quais 753.393.233 são ações ordinárias, 384.230.549 são ações preferenciais classe "A" e 369.162.684 são ações preferenciais classe "B". **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de lucros e constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Despesas administrativas	**2017**	**2016**
	(3.103)	**(4.548)**
Honorários com conselheiros	(1.658)	(1.760)
Serviços de terceiros	(87)	(97)
Localização e funcionamento	(325)	(373)
Despesas com donativos	(895)	(2.198)
Outras despesas administrativas	(138)	(120)

b) Despesas com tributos

	2017	2016
Despesas com tributos	**(5.573)**	**(23.209)**
Impostos federais	–	(1)
INSS	(269)	(307)
IOF	(1)	(33)
COFINS	(4.390)	(18.812)
PIS / PASEP	(913)	(4.056)

c) Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas Financeiras	**9.366**	**12.886**
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	9.361	12.820
Outras receitas	5	66

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Lucro contábil antes dos impostos	**(10.044)**	**(10.044)**	**347.124**	**347.124**
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 9%	2.535	904	(86.757)	(31.241)
Resultado de equivalência patrimonial	(14.708)	(5.295)	30.311	10.912
Diferenças permanentes	(225)	(81)	(523)	(189)
Incentivo fiscal	563	–	2.086	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(11.835)**	**(4.472)**	**(54.883)**	**(20.518)**
Outros	–	–	(4)	(1)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	**(11.835)**	**(4.472)**	**(54.887)**	**(20.519)**
Alíquota efetiva (%)	11%	29%	16%	6%

b) Créditos tributários e previdenciários

O imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a compensar e a variação no exercício referem-se a:

Ativo	**2016**	**Constituição**	**Reversão**	**2017**
Tributos retidos na fonte	36.113	9.098	(45.211)	–
Tributos a compensar	3.318	2.294	(3.288)	2.324
Total circulante	**39.431**	**11.392**	**(48.499)**	**2.324**

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à MAPFRE BB SH2, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo providos aos conselheiros foram R$ 1.658 (R$ 1.760 em 31 de dezembro de 2016).

b) Transações com Coligadas: A Companhia possui apólice de seguro de vida com a Companhia de Seguros Aliança do Brasil no montante de R$ 11.

15. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE e a parceria entre os acionistas, que resultará na seguinte configuração:

i. carteiras exploradas em conjunto pelos acionistas Grupo BB Seguridade e Grupo MAPFRE ("Futuro GRUPO BB E MAPFRE"): · canal bancário do BB: vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e DPVAT; e · canal *affinity*: as carteiras mencionadas acima também poderão ser exploradas pelo Futuro GRUPO BB E MAPFRE por meio do canal *affinity*, desde que previamente acordado entre o Grupo BB Seguridade e o Grupo MAPFRE, exceto quando o canal *affinity* em questão for de uma sociedade coligada do BB ("Coligadas BB"), hipótese essa que dispensará a aprovação prévia.

ii. carteiras exploradas pelas sociedades do Grupo MAPFRE: · canal corretor e *affinity*: vida, prestamista, agrícola, auto, grandes riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e · canal bancário do BB e Coligadas BB: auto e grandes riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de automóvel e de grandes riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.

É constituído por três membros efetivos e está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Seguros Gerais S.A. e sua subsidiária BB MAPFRE Assistência S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A..

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes e a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. são responsáveis respectivamente, pelas auditorias contábil e atuarial da empresa líder e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avaliam, também, no contexto desses trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditores interno e externo. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão.

Nessas reuniões o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial e contábil, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas da Administração, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil e Atuarial Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Com base nas informações levadas ao seu conhecimento, o Comitê considera adequado o Sistema de Controles Internos das empresas abrangidas, ressaltando a necessidade de a Administração manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações de auditoria.

Revisou as demonstrações contábeis, notas explicativas e o relatório da administração referente a cada uma das empresas do universo de atuação do Comitê e discutiu com os auditores independentes seus respectivos relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) O sistema de controles internos da empresa líder e de suas subsidiárias alcançadas pelo Comitê é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção e aperfeiçoamento por parte da Administração;

b) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

c) As auditorias independentes são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

d) As demonstrações financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e sua subsidiária BB MAPFRE Assistência S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A.. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira nessas empresas em 31de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

João Décio Ames - Coordenador
Luiz Cláudio Ligabue - Membro Titular
Wilson Alves Feitosa - Membro Titular

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("SH2"), sociedade do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e, considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições para encaminhamento e apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

Mauro César Batista - Presidente
Renato Fernandes - Membro Suplente
Ernesto Lozardo - Membro Titular
Erico da Gama Torres - Membro Titular

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Maurício Pereira Coelho - Presidente
Wilson Toneto - Vice-Presidente
Andrés Jiménez Herradón
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Maria Leticia de Freitas Costa
Roberto Lucio Rocha Brant
Felipe Cascaes Sabino Bresciani
Tarcísio Hubner

DIRETORIA

Luis Gutiérrez Mateo - Diretor Presidente
Fernando Barbosa de Oliveira - Diretor Vice-Presidente

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP 183717/O-5